


Fator Seguradora S.A.

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu.

A Seguradora opera nos ramos de garantias de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos diversos e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de infraestrutura, e também em riscos de responsabilidades civil.

A Fator Seguradora S.A. é especialista nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente. A Companhia conta com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais e estrutura eficiente de distribuição, através de corretores de seguros focados nos mesmos ramos. É propósito da Seguradora continuar operando nos mesmos segmentos, nos quais tem provada experiência.

A Seguradora apurou lucro líquido de R\$ 14.061 em 31 de dezembro de

2017 (R\$ 21.988 em 31 de dezembro de 2016).

Apesar do aumento da produção no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a queda na taxa de juros e a constituição de reservas ocasionaram lucro líquido menor em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A Administração decidiu pelo pagamento de juros sobre o capital próprio-JCP, no montante de R\$ 9.350 (R\$ 15.100 em 2016).

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros

Privados - SUSEP, para operar em todo território nacional.

A Seguradora administra, em conjunto com consultores jurídicos externos, processos judiciais e mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável.

A Diretoria agradece especialmente aos clientes e aos corretores de seguros, que honraram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos colaboradores pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora.

Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização ("CNSeg"), à Federação Nacional de Seguros Gerais ("FenSeg") e ao Sindicato das Empresas de Seguros, Resseguros e Capitalização do Estado de São Paulo ("Sindseg"), pelo apoio recebido.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	2017		2016		PASSIVO	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
Circulante		613.461	598.484			Circulante		421.962	409.901		
Disponível		913	2.144			Contas a pagar	6e	9.480	12.167		
Caixa e bancos	6e e 7	913	2.144			Obrigações a pagar		3.866	8.569		
Aplicações	6e e 8	311.234	289.539			Impostos e encargos sociais a recolher		3.913	2.354		
Crédito das operações com seguros e resseguros	6e	85.670	76.258			Encargos trabalhistas		1.356	1.199		
Prêmios a receber	10	79.077	67.506			Impostos e contribuições		345	45		
Operações com seguradoras		1.943	2.198			Débito das operações com seguros e resseguros	6e	135.050	117.881		
Operações com resseguradoras	6e	4.650	6.554			Prêmios a restituir		206	981		
Outros créditos operacionais	11	50.228	39.090			Operações com seguradoras		3.409	2.768		
Ativos de resseguro	16c1	133.368	149.457			Operações com resseguradoras	10.1	72.579	66.483		
Títulos e créditos a receber	6e	19.576	29.657			Corretores de seguros e resseguros		8.716	9.290		
Títulos e créditos a receber	13a e 21b	1.576	12.478			Outros débitos operacionais	21a	50.140	38.359		
Créditos tributários e previdenciários	12	15.429	16.190			Depósitos de terceiros	6e e 18	792	523		
Depósitos judiciais e fiscais	13b	312	311			Provisões técnicas - seguros	16a	276.131	278.653		
Outros créditos	21c	2.259	678			Danos		276.131	278.653		
Despesas antecipadas		21	5			Outros débitos		509	677		
Custos de aquisição diferidos						Provisões judiciais	13b	509	677		
Seguros	16b	12.451	12.334			Passivo não circulante		103.784	92.698		
Ativo não circulante		100.024	107.143			Contas a pagar	6e	115	207		
Realizável a longo prazo		98.623	105.693			Obrigações a pagar		115	207		
Créditos das operações com seguros e resseguros	6e	7.534	14.291			Débitos das operações com seguros e resseguros	6e	5.354	10.684		
Prêmios a receber	10	7.534	14.215			Operações com seguradoras		-	638		
Operações com seguradoras		-	76			Operações com resseguradoras	10.1	3.830	8.293		
Ativos de resseguro	16c1	56.199	47.586			Corretores de seguros e resseguros		1.524	1.753		
Títulos e créditos a receber	6e	21.047	32.265			Provisões Técnicas - seguros	16a	98.219	81.596		
Títulos e créditos a receber	13a e 21b	580	563			Danos		98.219	81.596		
Créditos tributários e previdenciários	12	20.411	31.651			Outros débitos		96	211		
Depósitos judiciais e fiscais	13b	56	51			Provisões judiciais	13b	96	211		
Custos de aquisição diferidos						Patrimônio líquido	15	187.739	203.028		
Seguros	16b	13.843	11.551			Capital social	15a	135.479	135.479		
Investimentos		242	272			Reservas de lucro	15d	52.260	67.549		
Participações societárias	3h	242	272			Total do passivo e patrimônio líquido		713.485	705.627		
Imobilizado		931	992								
Bens móveis		475	485								
Outras imobilizações		456	507								
Intangível		228	186								
Outros intangíveis	3j	228	186								
Total do ativo		713.485	705.627								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Outras reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		97.352	17.185	48.676	38.127	-	201.340
Aumento de capital em aprovação conforme AGO/E de 30/03/2016	15.a	38.127	-	-	(38.127)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.988	21.988
Proposta para destinação do lucro			1.099	589	-	(21.988)	(20.300)
Reserva legal	15.d	-	1.099	-	-	(1.099)	-
Reserva estatutária	15.d	-	-	589	-	(589)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(5.200)	(5.200)
Juros sobre capital próprio	15.c	-	-	-	-	(15.100)	(15.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		135.479	18.284	49.265	-	203.028	203.028
Lucro líquido do exercício						14.061	14.061
Proposta para destinação do lucro			703	(15.992)	-	(14.061)	(29.350)
Reserva legal	15.d	-	703	-	-	(703)	-
Reserva estatutária	15.d	-	-	4.008	-	(4.008)	-
Dividendos	15.b	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Juros sobre capital próprio	15.c	-	-	-	-	(9.350)	(9.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		135.479	18.987	33.273	-	-	187.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), com sede na Avenida Santo Amaro, 48 7º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, opera em todo território nacional, especificamente nos ramos de garantia de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos operacionais, riscos nucleares, riscos diversos, responsabilidades de administradores e diretores (D&O), responsabilidades de profissionais (E&O) e responsabilidades civil geral (RCG). A Seguradora integra o Conglomerado Fator e é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A., seu único acionista. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pronunciamentos técnicos e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP. b) **Normas e alterações de normas:** Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, com vigência a partir da data de sua publicação, revogando assim a circular SUSEP nº 508, de 9 de janeiro de 2015. c) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras são apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015. d) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os ativos financeiros foram classificados na categoria avaliados ao valor justo através do resultado. e) **Demonstração de resultados abrangentes:** A demonstração de resultados abrangentes compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPCs. f) **Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade em continuar as operações e está convencida de que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios. g) **Uso de estimativas:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para

riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, revisados periodicamente pela Seguradora. A divulgação das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 26 de fevereiro de 2018. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir e foram aplicadas consistentemente nos exercícios comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. a) **Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda funcional reais (R\$). As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e conversão de saldos na data do balanço, são reconhecidos no resultado. b) **Caixas e equivalentes de caixa:** Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores das reservas técnicas. c) **Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros, determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros e ajustes de avaliação ao mercado, incluídos na rubrica "Resultado financeiro",

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Prêmios emitidos	19a	180.800	176.970		
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(25.749)	(25.798)		
(=) Prêmios ganhos	19c	155.051	151.172		
(+) Receita com emissão de apólice	19b	2.840	2.797		
(-) Sinistros ocorridos	19d	(66.252)	(147.687)		
(-) Custos de aquisição	19e	(19.192)	(16.165)		
(-) Outras receitas e despesas operacionais	19f	(2.840)	(4.584)		
(-/+ Resultado com resseguro	19g	(41.646)	40.924		
(+) Receita com resseguro		31.800	106.082		
(-) Despesa com resseguro		(73.446)	(65.158)		
(-) Despesas administrativas	19h	(26.671)	(25.016)		
(-) Despesas com tributos	19i	(5.010)	(4.141)		
(+) Resultado financeiro	19j	25.725	32.310		
(+) Resultado Patrimonial	19k	10	8		
(=) Resultado operacional		22.015	29.618		
(+) Ganhos com ativos não correntes		10	5		
(-) Resultado antes de impostos e participações		22.025	29.623		
(-) Imposto de renda	20	(2.675)	(3.130)		
(-) Contribuição social	20	(2.208)	(2.284)		
(-) Participações sobre o resultado	21f	(3.081)	(2.221)		
(=) Lucro líquido do exercício		14.061	21.988		
Quantidade de ações		4.814	4.814		
(=) Lucro líquido por ação		2,92	4,57		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	2017	2016
Lucro líquido	14.061	21.988
Resultado abrangente do exercício	14.061	21.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	2017	2016
Fluxo de caixa nas atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.061	21.988
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	245	301
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(21.695)	(63.288)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(13.793)	(20.899)
Ativos de resseguro	7.476	35.768
Créditos fiscais e previdenciários	9.639	42.237
Ativo fiscal diferido	2.361	1.067
Depósitos judiciais e fiscais	(6)	(26)
Despesas antecipadas	(16)	7
Custos de aquisição diferidos	(2.409)	(8.813)
Outros ativos	9.304	(10.227)
Impostos e contribuições	301	(120)
Outras contas a pagar	2.121	1.477
Débitos das operações com seguros e resseguros	11.839	28.119
Depósitos de terceiros	269	(2)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	14.101	9.860
Provisões judiciais	(283)	(34)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	33.515	37.415
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	30	-
Pagamento pela compra:		
Investimentos	-	(38)
Imobilizado	(169)	(887)
Intangível	(57)	(189)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(196)	(1.114



Fator Seguradora S.A.
C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016** (Em milhares de reais - R\$)

categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38: Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido. Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obteve essa classificação no reconhecimento inicial. As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **g) Prêmios de seguros, receitas e despesas de comercialização:** Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão. As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial. **h) Investimentos:** Os investimentos, no ativo permanente, referem-se substancialmente à participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., sendo demonstrado pelo valor de custo. **i) Imobilizado:** A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido com as seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros de acordo com o exercício de locação do imóvel e 10% para móveis e utensílios. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício. A baixa de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **j) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados com base na expectativa de vida útil remanescente. **k) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** O valor contábil líquido dos ativos não financeiros é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **l) Provisões técnicas:** A provisão de prêmios não ganhos - é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao exercício de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pró rata" dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos - PPNG - RVNE é calculada de acordo com metodologia específica descrita em Nota Técnica Atuarial ("NTA") e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar, de sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Esta provisão é complementada com os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A provisão é calculada com base em metodologia constante de Nota Técnica Atuarial. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, conforme nota técnica atuarial. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados-IBNR é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Esta provisão é calculada com base na Circular SUSEP nº 517/15, exceto para o ramo garantia, o qual a partir de 2011 passou a ser calculado com base em NTA. É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros a débito da rubrica "Despesas financeiras". A Provisão Complementar de Cobertura - PCC é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor. **m) Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas-base junho e dezembro de cada ano. Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. O teste considerou a projeção dos sinistros a ocorrer com base em premissas de sinistralidade realista, das despesas administrativas e outras diretamente relacionadas aos contratos de seguros relativos aos produtos em run-off e projeção relativa aos sinistros ocorridos. Os fluxos de caixas projetados são brutos de resseguros e descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETTJ), referentes ao mês de dezembro de 2017, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências. Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2017, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões suplementares. **n) Demais passivos:** Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos e atualizações incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. **o) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%, do lucro antes dos impostos. A Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras e assemelhadas, bem como das pessoas jurídicas de seguros privados e capitalização, de 15% para 20%, com eficácia a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e esta permitir a liquidação dos saldos em uma base líquida. **p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Circular SUSEP nº 517/15, da seguinte forma: Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Adicionalmente, são constituídas provisões para honorários de sucesso, sempre que aplicável, tendo em vista acordos contratuais com assessores jurídicos. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, classificado como provável perda, provisionado e atualizado. **q) Capital social:** As ações são classificadas como patrimônio líquido quando não há obrigação contratual de transferir caixa ou outros ativos financeiros. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão dos instrumentos patrimoniais são demonstrados no patrimônio como uma redução dos rendimentos, líquido dos impostos. **r) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endorosso ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização e agenciamento são reconhecidos no resultado de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial da IFRS 17. • IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes - A IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não se aplica à contratos de seguro dentro do alcance do CPC 11 - Contratos de Seguro e futuramente do IFRS 17. • IFRS 16 - Arrendamento Mercantil - Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: A principal alteração proveniente dessa norma, mas não a única, refere-se à mensuração dos contratos de seguro. A IFRS 17 requer

que a companhia que emita contratos de seguro registre em seus balanços a soma de: • Fluxos de caixa de cumprimento - representados pelas estimativas atuais dos montantes que a companhia seguradora espera coletar de prêmios e do pagamento de sinistros, benefícios e despesas, incluindo os ajustes para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos desses fluxos de caixa. • Margem do serviço contratual - representada pelo lucro a apropriar ao longo do período de vigência da cobertura do contrato de seguro (lucro não ganho). As perdas de contratos onerosos são reconhecidas imediatamente. Para refletir melhor as mudanças nas obrigações de seguro e nos riscos, a IFRS 17 requer que a companhia seguradora atualize os fluxos de caixa de cumprimento em cada data de fechamento de balanço com estimativas atuais consistentes com as informações de mercado. As mudanças nas obrigações com os contratos de seguros decorrentes transformações no ambiente econômico, como variações nas taxas de juros, são refletidas nas demonstrações financeiras da companhia seguradora em tempo hábil. O modelo geral estabelecido pela norma na mensuração dos contratos de seguro é a abordagem por módulos (building block approach); contudo, devido à diversidade dos contratos de seguros, essa norma introduz outras abordagens que simplificam e/ou modificam o modelo geral, a saber: • Abordagem de Alocação de Prêmio (Premium Allocation Approach) - modelo simplificado permitido para contratos de curta duração (um ano ou menos). • Abordagem de Taxa Variável (Variable Fee Approach) - modelo modificado aplicado aos contratos com componente de participação em que os segurados recebem uma parcela substancial do retorno dos itens subjacentes. Para a mensuração dos contratos de seguros, a companhia seguradora deve primeiramente identificar as carteiras de contratos de seguros. Uma carteira é um grupo de contratos sujeitos a riscos similares e gerenciados conjuntamente. Para todos os contratos de seguro de uma mesma carteira, a companhia deve dividi-los em: • Contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se algum. • Contratos que não têm riscos de se tornarem onerosos no reconhecimento inicial, se algum. • Contratos remanescentes na carteira, se algum. A companhia seguradora deve segregar as carteiras de contratos de resseguro que detém de forma semelhante aos contratos de seguro por ela emitidos. As companhias seguradoras devem aplicar a IFRS 17 para períodos anuais de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. Se uma entidade decidir aplicar a IFRS 17 antecipadamente, deve divulgar esse fato. A aplicação antecipada é permitida para as entidades que já aplicam a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e a IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. • Outras alterações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Seguradora: • Alterações à IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações; • Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture; • Alterações à IAS 40 - Transferências de Propriedade para Investimento; • Alterações às IFRSs - Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014-2016; • IFRIC 22 - Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos; 1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. 2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada. **5. GESTÃO DE RISCO E CAPITAL:** A Seguradora iniciou suas atividades em 2008 e chegou ao mercado especializada em seguros financeiros. Atualmente a seguradora opera com seguros dos ramos Garantia do Setor Público e Privado, Riscos Patrimoniais, Responsabilidades e Fiança Locatícia. Opera em todo o território nacional através de corretores de seguros. A estrutura organizacional da Seguradora é composta pelas áreas Comercial, Jurídica, Técnica, Tecnologia da Informação, Sinistros, Resseguros, Gerenciamento de Riscos, Análise de Crédito, Administrativa e Financeira. A Companhia utiliza também parte da estrutura operacional do Banco Fator S.A. Todos os departamentos e a Administração participam do gerenciamento de riscos através de um conjunto de políticas e estratégias considerado adequado pela Administração. **6. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS:** O monitoramento constante dos riscos de subscrição, crédito, operacional, mercado, liquidez e capital, faz parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da Seguradora. **a) Riscos de subscrição:** O gerenciamento de riscos de seguros é o aspecto crítico da atividade. Consiste na aplicação de critérios para identificar, analisar e avaliar os riscos de cada seguro proposto, bem como de ferramentas atuariais para a análise das diversas carteiras de negócios, visando a precificação e o provisionamento das operações. É exercido pela área de subscrição de cada ramo de seguro comercializado pela Seguradora, através de políticas e procedimentos, observando os requisitos regulamentares específicos. O maior risco, entretanto, é o de haver frequência e/ou severidade de sinistros, cujo montante de indenizações ultrapasse o limite que a capacidade econômica da Seguradora pode suportar. Como forma de reduzir esse risco, sem ter de diminuir o seu volume de negócios, a Seguradora transfere boa parte dele para instituições financeiras de grande porte denominadas "resseguradoras". Tal mecanismo de transferência de risco é chamado de "resseguro" e pode ser utilizado caso a caso e/ou para carteiras, através de contratos facultativos e automáticos, respectivamente. Há uma política de resseguro definida, revisada no mínimo anualmente. Para essa definição, são considerados riscos a ressegurar, listas de resseguradoras e graus de concentração. Os contratos de resseguro consideram coberturas proporcionais e não proporcionais, que podem ser combinadas para reduzir a exposição da Seguradora da forma mais adequada. **Desenvolvimento de sinistros:** As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Total geral
Data de aviso/cadastro							
Até um ano	-	-	-	-	-	16.508	16.508
Após um ano	-	-	-	-	1.279	-	1.279
Após dois anos	-	-	-	8.848	-	-	8.848
Após três anos	-	-	488	-	-	-	488
Após quatro anos	-	40	-	-	-	-	40
Após cinco anos	50	-	-	-	-	-	50
Total geral	50	40	488	8.848	1.279	16.508	27.213
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT							2.072
Total do passivo							29.285

	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Total geral
Data de aviso/cadastro							
Até um ano	-	-	-	-	-	3.082	3.082
Após um ano	-	-	-	-	344	-	344
Após dois anos	-	-	-	1.386	-	-	1.386
Após três anos	-	-	11	-	-	-	11
Após quatro anos	-	-	-	-	-	-	-
Após cinco anos	10	-	-	-	-	-	10
Total geral	10	-	11	1.386	344	3.082	4.833
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT							2.072
Total líquido de resseguros							6.905

	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Total geral
Data de aviso/cadastro						
Até um ano	-	-	-	-	58	58
Após um ano	-	-	-	300	-	300
Após dois anos	-	-	585	-	-	585
Após três anos	-	3.030	-	-	-	3.030
Após quatro anos	2.510	-	-	-	-	2.510
Total geral	2.510	3.030	585	300	58	6.483
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT						9.654
Total do passivo						16.137

	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Total geral
Data de aviso/cadastro						
Até um ano	-	-	-	-	17	17
Após um ano	-	-	-	60	-	60
Após dois anos	-	-	29	-	-	29
Após três anos	-	606	-	-	-	606
Após quatro anos	151	-	-	-	-	151
Total geral	151	606	29	60	17	863
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT						9.654
Total do passivo						10.517

As provisões de DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que o DPVAT é calculado com base em regulamentação própria. As informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo da provisão de sinistros a liquidar. **Análise de sensibilidade:** O teste de sensibilidade foi elaborado considerando uma alteração na principal variável que poderia impactar o patrimônio líquido. Na avaliação foram consideradas variações na ordem de 5% e 10%. Os resultados consideram o impacto no resultado antes dos impostos e no patrimônio líquido conforme abaixo:

	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Fator de sensibilidade - prêmios		
Em 31 de dezembro de 2017:		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(9.040)	(4.972)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(18.080)	(9.944)
Em 31 de dezembro de 2016:		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(8.849)	(5.309)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(17.697)	(10.618)
Fator de sensibilidade - sinistros		
Em 31 de dezembro de 2017:		
Aumento de sinistros em 5%	(3.313)	(1.822)
Aumento de sinistros em 10%	(6.625)	(3.644)
Em 31 de dezembro de 2016:		
Aumento de sinistros em 5%	(7.384)	(4.431)
Aumento de sinistros em 10%	(14.769)	(8.861)

continua →




Fator Seguradora S.A.

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Fator de sensibilidade - despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2017:

	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.334)	(733)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.667)	(1.467)

Em 31 de dezembro de 2016:

Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.251)	(750)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.502)	(1.501)

Concentração de riscos - carteira e área geográfica

A Seguradora considera como baixo o risco as potenciais exposições por região geográfica, tendo em vista as características dos riscos que opera. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por grupos de ramos com base no prêmio bruto e no prêmio líquido de resseguro:

Em 31 de dezembro de 2017

Região Geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro			
	Patrimoniais	%	Responsabilidades	%
Centro-Oeste	6.392	75,7	1.535	18,2
Nordeste	1.769	11,3	1.993	12,8
Norte	2.466	76,1	135	4,2
Sudeste	37.245	34,1	19.901	18,2
Sul	5.581	52,8	1.244	11,8
Total	53.453	36,3	24.808	16,9

Região Geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro			
	Patrimoniais	%	Responsabilidades	%
Centro-Oeste	2.305	83,2	366	13,2
Nordeste	379	11,3	347	10,4
Norte	431	60,1	39	5,4
Sudeste	3.128	23,8	3.434	26,2
Sul	1.671	51,9	520	16,1
Total	7.914	34,1	4.706	20,3

(*) Este montante não inclui receitas de prêmios do convênio DPVAT e prêmios de riscos vigentes não emitidos.

Concentração de riscos - moeda: A Fator Seguradora S.A. não possui concentrações de riscos significativas em moeda estrangeira, as emissões ocorrem substancialmente em moeda nacional. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte, de uma operação financeira, não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais. A Seguradora possui política para aceitação e precificação do risco que estabelece limites para cada contraparte, através de análise da capacidade econômico-financeira, tempo de atividade e histórico de relacionamento do cliente no mercado. Os ativos financeiros da Seguradora foram classificados e distribuídos conforme definições e tabelas abaixo: **Definições das classificações de qualidade:**

- Forte:** Exposições demonstram uma forte capacidade de cumprir compromissos financeiros, com probabilidade insignificante ou baixa de inadimplência e/ou níveis de perda esperada.
- Boa:** Demonstrem boa capacidade de cumprir compromissos financeiros, com baixo risco de inadimplência e são monitoradas regularmente.
- Satisfatória:** Exposições que precisam de maior grau de monitoramento porque demonstram capacidade média a regular de cumprir compromissos financeiros.
- Abaixo do padrão:** Exposições que necessitam de monitoramento constante e atenção especial, visto que o risco de inadimplência é maior.
- Em atraso, mas não deteriorada:** Exposições que precisam de atenção especial e monitoramento constante, porque estão em atraso. São operações que normalmente demonstram curtos exercícios de inadimplência, com expectativa mínima de perda efetiva após adoção de processos de cobrança.
- Deteriorada:** Exposições que foram avaliadas, individual ou coletivamente, como deterioradas e há necessidade de processo judicial para tentativa de recuperação.

Classificações de qualidade

Sem atraso, nem deteriorado	Média			Redução ao valor recuperável	Total
	Forte	Boa	Satisfatória		

Em 31 de dezembro de 2017

Resseguradoras	Classe	Agência de classificação de risco	Resseguros cedidos - Dezemb-ro/17	Resseguros cedidos - Dezemb-ro/16	Resseguros cedidos - % Dezemb-ro/17	Resseguros cedidos - % Dezemb-ro/16
Local 1(*)	Local		604	238	0,49	0,22
Local 2(*)	Local		1.148	457	0,93	0,42
Local 3(*)	Local		753	628	0,61	0,57
Local 4(*)	Local		1.006	784	0,81	0,71
Local 5(*)	Local		2.252	1.759	1,82	1,60
Local 6(*)	Local		15.472	13.775	12,49	12,53
Local 7(*)	Local		331	555	0,27	0,50
Local 8(*)	Local		3.250	9.043	2,62	8,22
Local 9(*)	Local		2.146	2.366	1,73	2,15
Local 10(*)	Local		16.168	14.215	13,05	12,93
Local 11(*)	Local		2.353	2.622	1,90	2,38
Local 12(*)	Local		98	30	0,08	0,03
Local 13(*)	Local		1.787	-	1,44	-
Eventual 1	Eventual A-	A.M. Best Company	967	446	0,78	0,41
Eventual 2	Eventual A+	A.M. Best Company	49	19	0,04	0,02
Eventual 3	Eventual A	A.M. Best Company	3.555	2.437	2,87	2,22
Eventual 4	Eventual A	A.M. Best Company	1.305	2.331	1,05	2,12
Eventual 5	Eventual A+	A.M. Best Company	180	129	0,15	0,12
Eventual 6	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	40	206	0,03	0,19
Eventual 7	Eventual A	A.M. Best Company	5.138	2.738	4,15	2,49
Eventual 8	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	126	-	0,10	-
Eventual 9	Eventual A-	A.M. Best Company	1.081	-	0,87	-
Eventual 10	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	-	112	-	0,10
Eventual 11	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	75	206	0,06	0,19
Eventual 12	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	1	-	-	-
Eventual 13	Eventual A	A.M. Best Company	2.152	2.701	1,74	2,46
Eventual 14	Eventual A	A.M. Best Company	349	756	0,28	0,69
Eventual 15	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	3.501	4.011	2,83	3,65
Eventual 16	Eventual A-	Standard & Poor's/FITCH	3.176	5.561	2,56	5,06
Eventual 17	Eventual A++	A.M. Best Company	443	1.060	0,36	0,96
Eventual 18	Eventual A-	A.M. Best Company	316	188	0,26	0,17
Eventual 19	Eventual A	A.M. Best Company	1.498	1.859	1,21	1,69
Eventual 20	Eventual AA	Standard & Poor's/FITCH	380	1.020	0,31	0,93
Admitida 1	Admitida A+	Standard & Poor's/FITCH	133	-	0,11	-
Admitida 2	Admitida A+	A.M. Best Company	798	1.595	0,64	1,45
Admitida 3	Admitida A+	A.M. Best Company	239	51	0,19	0,05
Admitida 4	Admitida A	A.M. Best Company	1.819	1.785	1,47	1,62
Admitida 5	Admitida A	A.M. Best Company	570	-	0,46	-
Admitida 6	Admitida A+	Standard & Poor's/FITCH	7.771	6.031	6,27	5,48
Admitida 7	Admitida A++	A.M. Best Company	123	154	0,10	0,14
Admitida 8	Admitida AA-	Standard & Poor's/FITCH	216	-	0,17	-
Admitida 9	Admitida A	A.M. Best Company	7.404	7.786	5,98	7,08
Admitida 10	Admitida A+	A.M. Best Company	1.885	7.158	1,52	6,51
Admitida 11	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	20.764	1.063	16,76	0,97
Admitida 12	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	(36)	-	(0,03)	-
Admitida 13	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	1.573	3.045	1,27	2,77
Admitida 14	Admitida A+	Standard & Poor's/FITCH	113	-	0,09	-
Admitida 15	Admitida A+	A.M. Best Company	574	349	0,46	0,32
Admitida 16	Admitida AA-	A.M. Best Company	1.024	-	0,83	-
Admitida 17	Admitida AA-	A.M. Best Company	-	1.020	-	0,93
Admitida 18	Admitida AA-	A.M. Best Company	(24)	-	-	-
Admitida 19	Admitida AA-	A.M. Best Company	7.205	7.534	5,82	6,85
Admitida 20	Admitida AA-	Standard & Poor's/FITCH	3	137	-	0,10
Total			123.854	109.960	100	100

A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições de suas contrapartes de resseguro, que limita o impacto de eventual inadimplemento das resseguradoras. O quadro abaixo demonstra os resseguros cedidos, brutos de comissões, riscos vigentes não emitidos e despesas diferidas, por classe e rating atribuído por agências de classificação:

Resseguradoras	Classe	Agência de classificação de risco	Resseguros cedidos		Resseguros cedidos - %	
			Dezemb-ro/17	Dezemb-ro/16	Dezemb-ro/17	Dezemb-ro/16
Local 1(*)	Local		604	238	0,49	0,22
Local 2(*)	Local		1.148	457	0,93	0,42
Local 3(*)	Local		753	628	0,61	0,57
Local 4(*)	Local		1.006	784	0,81	0,71
Local 5(*)	Local		2.252	1.759	1,82	1,60
Local 6(*)	Local		15.472	13.775	12,49	12,53
Local 7(*)	Local		331	555	0,27	0,50
Local 8(*)	Local		3.250	9.043	2,62	8,22
Local 9(*)	Local		2.146	2.366	1,73	2,15
Local 10(*)	Local		16.168	14.215	13,05	12,93
Local 11(*)	Local		2.353	2.622	1,90	2,38
Local 12(*)	Local		98	30	0,08	0,03
Local 13(*)	Local		1.787	-	1,44	-
Eventual 1	Eventual A-	A.M. Best Company	967	446	0,78	0,41
Eventual 2	Eventual A+	A.M. Best Company	49	19	0,04	0,02
Eventual 3	Eventual A	A.M. Best Company	3.555	2.437	2,87	2,22
Eventual 4	Eventual A	A.M. Best Company	1.305	2.331	1,05	2,12
Eventual 5	Eventual A+	A.M. Best Company	180	129	0,15	0,12
Eventual 6	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	40	206	0,03	0,19
Eventual 7	Eventual A	A.M. Best Company	5.138	2.738	4,15	2,49
Eventual 8	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	126	-	0,10	-
Eventual 9	Eventual A-	A.M. Best Company	1.081	-	0,87	-
Eventual 10	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	-	112	-	0,10
Eventual 11	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	75	206	0,06	0,19
Eventual 12	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	1	-	-	-
Eventual 13	Eventual A	A.M. Best Company	2.152	2.701	1,74	2,46
Eventual 14	Eventual A	A.M. Best Company	349	756	0,28	0,69
Eventual 15	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	3.501	4.011	2,83	3,65
Eventual 16	Eventual A-	Standard & Poor's/FITCH	3.176	5.561	2,56	5,06
Eventual 17	Eventual A++	A.M. Best Company	443	1.060	0,36	0,96
Eventual 18	Eventual A-	A.M. Best Company	316	188	0,26	0,17
Eventual 19	Eventual A	A.M. Best Company	1.498	1.859	1,21	1,69
Eventual 20	Eventual AA	Standard & Poor's/FITCH	380	1.020	0,31	0,93
Admitida 1	Admitida A+	Standard & Poor's/FITCH	133	-	0,11	-
Admitida 2	Admitida A+	A.M. Best Company	798	1.595	0,64	1,45
Admitida 3	Admitida A+	A.M. Best Company	239	51	0,19	0,05
Admitida 4	Admitida A	A.M. Best Company	1.819	1.785	1,47	1,62
Admitida 5	Admitida A	A.M. Best Company	570	-	0,46	-
Admitida 6	Admitida A+	Standard & Poor's/FITCH	7.771	6.031	6,27	5,48
Admitida 7	Admitida A++	A.M. Best Company	123	154	0,10	0,14
Admitida 8	Admitida AA-	Standard & Poor's/FITCH	216	-	0,17	-
Admitida 9	Admitida A	A.M. Best Company	7.404	7.786	5,98	7,08
Admitida 10	Admitida A+	A.M. Best Company	1.885	7.158	1,52	6,51
Admitida 11	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	20.764	1.063	16,76	0,97
Admitida 12	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	(36)	-	(0,03)	-
Admitida 13	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	1.573	3.045	1,27	2,77
Admitida 14	Admitida A+	Standard & Poor's/FITCH	113	-	0,09	-
Admitida 15	Admitida A+	A.M. Best Company	574	349	0,46	0,32
Admitida 16	Admitida AA-	A.M. Best Company	1.024	-	0,83	-
Admitida 17	Admitida AA-	A.M. Best Company	-	1.020	-	0,93
Admitida 18	Admitida AA-	A.M. Best Company	(24)	-	-	-
Admitida 19	Admitida AA-	A.M. Best Company	7.205	7.534	5,82	6,85
Admitida 20	Admitida AA-	Standard & Poor's/FITCH	3	137	-	0,10
Total			123.854	109.960	100	100
Resseguros cedidos referentes riscos vigentes não emitidos			584	406		
Comissões sobre resseguros cedidos			(37.148)	(36.129)		
Variáveis das despesas de resseguros			(13.844)	(9.079)		
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas (Nota 19.g)			73.446	65.158		

(*) Não há categoria de risco divulgada.

c) Risco operacional: A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição,

fraudes e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A Seguradora possui departamento especializado em controles internos e processos, que é responsável pela identificação dos riscos e auxílio aos departamentos técnicos, na formalização de processos e controles internos. Objetiva auxiliar na gestão dos negócios, promovendo visão gerencial de riscos, maior dinamismo e segurança nas operações de seguros.

d) Risco de mercado: A carteira de investimentos da Fator Seguradora possui instrumentos do segmento de renda fixa e risco de crédito. Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma carteira de investimentos. A Seguradora administra sua carteira de investimentos utilizando as seguintes técnicas:

- Com base nos seus passivos de curto prazo e reservas técnicas concentra parte substancial de seus investimentos em títulos públicos, que têm fácil liquidez no mercado.
- Faz uso de derivativos, quando necessário, com o intuito de proteger suas posições ativas, de flutuações adversas nas taxas de mercado.
- Acompanha todos os investimentos, gerenciando sua rentabilidade e variações de mercado. Os riscos de mercado e liquidez associados à utilização dos instrumentos supracitados são controlados pela Gerência de Riscos e Controles Internos do Banco Fator S.A., área autônoma e corporativa do Conglomerado Financeiro Fator que monitora todas as empresas do Conglomerado, calculando e gerenciando os riscos a que as mesmas possam estar expostas. A Gerência de Riscos e Controles Internos tem por atribuições o monitoramento de riscos de mercado, liquidez e operacional. As ferramentas utilizadas para controle de risco de mercado são:
 - "Value at Risk (VaR)" - modelo estatístico que busca sintetizar o risco de uma carteira de investimentos em um valor financeiro, que representa a pior perda esperada em um determinado cenário: - Horizonte de tempo (Ex.: 1 dia). - Nível de confiança (Ex.: 95% de confiança).
 - "Stress Testing" - consiste em uma técnica de simulação usada em carteiras de ativos e passivos para determinar suas reações a situações extremas. Geralmente são modelos de simulação gerados por computador que testam cenários hipotéticos e, ou históricos extremos. A Gerência de Riscos e Controles Internos utiliza os cenários divulgados diariamente pela BVMF.
 - "Stop Loss" - procedimento que visa a limitar as perdas de uma carteira de investimentos frente aos seus resultados auferidos em determinado exercício de tempo, no limite pode implicar na zeragem de posições com maior perda ou risco. Quando há operações com instrumentos financeiros derivativos, as mesmas são custodiadas, registradas e negoci



Fator Seguradora S.A.
C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	31 de dezembro de 2016				
	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/mercado	Taxa de juros contratada
Aplicações Financeiras					
I. Títulos para negociações	109.393	799	179.347	289.539	100%
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	128.905	128.905	44,52%
Letras do Tesouro Nacional	12.993	-	-	12.993	4,49%
Fundo de investimento em direito creditório	-	562	-	562	0,19%
Fundos de investimentos abertos	8.886	-	-	8.886	3,07%
Fundo de Investimento - DPVAT	87.514	-	-	87.514	30,23%
Fundos exclusivos	-	237	50.442	50.679	17,50%
Letras Financeiras Privadas	-	-	13.473	13.473	105,25% CDI
Debêntures	-	237	488	725	1,43% CDI+2,09% Taxa Pré
Letras do Tesouro Nacional	-	-	4.500	4.500	8,88% a.a.
Notas do Tesouro Nacional	-	-	31.981	31.981	63,11% IPCA
Total	109.393	799	179.347	289.539	100%

A tabela demonstra que aproximadamente 70,54 por cento dos ativos financeiros foram investidos em títulos públicos (61,61 por cento em 31 de dezembro de 2016). O valor de mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos públicos federais, os certificados de depósitos bancários - CDB e as debêntures, foram contabilizados pelo seu valor de mercado. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. A gestão e os valores dos títulos referentes ao DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **Apuração do valor justo:** A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos conforme segue: • **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo. • **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações financeiras	219.553	91.681	311.234	178.379	111.160	289.539
I. Ativos financeiros designados ao valor justo						
Letras do tesouro nacional	-	-	-	12.993	-	12.993
Letras financeiras do tesouro nacional	161.269	-	161.269	128.905	-	128.905
Notas do tesouro nacional	25.358	-	25.358	-	-	-
Fundos de investimentos - abertos	-	-	-	-	8.886	8.886
Fundo de investimento em direito creditório	-	-	-	-	562	562
Fundo de investimento - DPVAT	-	89.790	89.790	-	87.514	87.514
Fundos exclusivos:						
Debêntures	-	510	510	-	725	725
Letras financeiras do tesouro nacional	-	-	-	4.500	-	4.500
Letras financeiras Privadas	-	1.381	1.381	-	13.473	13.473
Notas do tesouro nacional	16.090	-	16.090	31.981	-	31.981
Letras do tesouro nacional	16.836	-	16.836	-	-	-

O quadro abaixo demonstra a movimentação das aplicações financeiras no exercício:

	Saldo em 01 de janeiro de 2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Títulos para negociações:					
Letras financeiras do tesouro	128.905	92.887	(76.239)	15.716	161.269
Letras do tesouro nacional	12.993	9.928	(23.466)	545	-
Fundos de investimentos - abertos	8.886	22.900	(32.058)	272	-
Fundos de investimento em direito creditório	562	-	(575)	13	-
Fundo de investimento - DPVAT	87.514	8.765	(15.388)	8.899	89.790
Fundo exclusivo	50.679	109.621	(128.880)	3.397	34.817
Notas do tesouro nacional	-	25.008	-	350	25.358
Totais	289.539	269.109	(276.606)	29.192	311.234

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não há operações com instrumentos financeiros derivativos e não há saldos a pagar ou a receber referentes instrumentos financeiros derivativos. **10. PRÊMIOS A RECEBER:** O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Prêmios a receber - bruto	Prêmios a receber - líquidos	Prêmios a receber - bruto	Prêmios a receber - líquidos
Vencidos	7.684	7.959	36.363	36.732
A vencer de 1 a 30 dias	12.509	7.613	15.384	11.422
A vencer de 31 a 60 dias	2.274	1.222	4.863	2.558
A vencer de 61 a 120 dias	7.534	14.215	86.611	81.721
A vencer de 121 a 180 dias	79.077	67.506	7.534	14.215
A vencer de 181 a 365 dias	7.534	14.215	79.077	67.506
A vencer acima de 365 dias	7.534	14.215	7.534	14.215
Total	116.172	116.172	116.172	116.172

O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os ramos de seguro, apresenta a seguinte posição:

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Prêmios a receber - bruto	Prêmios a receber - líquidos	Prêmios a receber - bruto	Prêmios a receber - líquidos
Risco de engenharia	12.998	-	12.998	20.340
Riscos diversos	1.276	-	1.276	-
Riscos nomeados e operacionais	13.135	-	13.135	12.569
RC de administradores e diretores (D&O)	12.063	20	12.043	3.470
Responsabilidade civil ambiental	108	-	108	-
Responsabilidade civil geral	167	6	161	1.507
RC profissional (E&O)	2.100	121	1.979	1.454
Garantia de obrigações públicas	368	-	368	55
Fiança locatícia	744	-	744	378
Garantia segurado - setor público	35.232	1	35.231	39.590
Garantia segurado - setor privado	8.781	213	8.568	2.889
Total	86.972	361	86.611	82.252

A movimentação dos prêmios a receber está demonstrada abaixo:

	Dezembro/17	Dezembro/16
Saldo no início do exercício	81.721	66.667
Prêmios emitidos	528.048	232.868
Cancelamentos	(361.504)	(84.002)
Recebimentos	(163.792)	(135.009)
Adicional de fracionamento	(2)	2
IOF	553	971
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - PRVNE (Nota 19.a)	1.710	616
Provisão para redução ao valor recuperável	170	(406)
Transferência de cosseguro aceito vencido para operações com seguradoras	(293)	14
Saldo no final do exercício	86.611	81.721

A Seguradora tem como padrão, para a maior parte das emissões, o recebimento de prêmio em até vinte dias da data de emissão do risco. Ocasionalmente, poderá ocorrer negociação comercial para recebimento de prêmios em até oito parcelas mensais. Há também emissões de riscos, principalmente relacionados a garantia judicial, onde eventualmente ocorre o parcelamento anual do prêmio, pelo prazo de vigência do risco, que supera 365 dias.

	Dezembro/17	Dezembro/16
10.1 Operações com Resseguradores:		
Prêmios de resseguros cedidos	49.076	46.921
Prêmios a liquidar	44.870	48.260
(-) Comissões	(37.358)	(39.675)
RVNE	13.675	13.090
Excesso de danos	8.650	6.230
(-) Comissão escalonada	(2.226)	(1.365)
Outros	60	1.315
(-) Ajuste ao valor de realização	(338)	-
Total	76.409	74.776
Curto prazo	72.579	66.483
Longo prazo	3.830	8.293

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Outros créditos operacionais	Provisão	Outros créditos operacionais	Provisão
Valores a receber do Consórcio DPVAT - Seguradora Líder	50.218	-	38.872	-
Processo judicial relacionado ao convênio DPVAT	335	(335)	335	(335)
Outros créditos	24	(14)	263	(45)
Total	50.577	(349)	39.470	(380)
Ativo circulante	50.228		39.090	

A Administração mantém provisão constituída de R\$ 349 (R\$ 380 em 2016) para fazer frente às perdas esperadas com esses créditos.

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro/17	Dezembro/16
(*) Ajustes temporais	2.087	3.007
(**) Outros créditos a compensar	4.846	5.704
(***) Créditos tributários de IRPJ a restituir	26.209	34.990
(****) Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	2.698	4.140
Total	35.840	47.841
Curto prazo	15.429	16.190
Longo prazo	20.411	31.651

	Saldo em 01 de janeiro de 2017	Consti-tuições	Realizações/Reversões	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Ajustes temporais	3.007	9.417	(10.337)	2.087
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	4.140	-	(1.442)	2.698
Totais	7.147	9.417	(11.779)	4.785

(i) Em 2017, a Seguradora aderiu ao programa de regularização tributária - PRT, para liquidação de um processo fiscal, com desfecho desfavorável na esfera administrativa e utilizou saldo de prejuízo fiscal de imposto de renda no valor de R\$ 227, para liquidação. (*) Os créditos tributários de ajustes temporais referem-se substancialmente a ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado, provisões para perdas de recebíveis, provisões para riscos e outras provisões temporárias. A Seguradora observou, em estudo técnico, que as realizações ocorrem no período de um ano e que as constituições e realizações se mantiveram estáveis ao longo do tempo. (**) Outros créditos a compensar referem-se substancialmente a créditos tributários de exercícios anteriores e antecipações do exercício e serão compensados dentro do prazo estabelecido pelo Decreto 3000/99, artigos 898 a 903. (***) Conforme processos 16327.903.132/2015-37 e 16327.903.137/2015-60, de 10 de setembro de 2015, a Companhia obteve direito de restituir impostos recolhidos a maior no exercício de 2010, sobre o lucro resultante do processo de vendas de ações da BVMF. Em 22 de fevereiro de 2016, a Secretaria da Receita Federal, creditou parte do valor, R\$ 32.213, referente à contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, em conta corrente bancária em nome da Fator Seguradora. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo remanescente, no valor de R\$ 26.209, referente a crédito de imposto de renda, será compensado dentro do prazo prescricional. (****) Em 31 de dezembro de 2017, a seguradora possui prejuízo fiscal de imposto de renda no valor de R\$ 865 e base negativa de contribuição social no valor de R\$ 1.833, constituídos. A seguradora elaborou estudo técnico que demonstra o exercício de realização dos créditos tributários, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e ajustes temporais, tendo como embasamento a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL:

	Saldo em 01 de janeiro de 2017	Realização em até 1 ano	Realização em até 2 anos	Realização em até 3 anos
Prejuízo fiscal de imposto de renda	865	(377)	(488)	-
Base negativa de contribuição social	1.833	(302)	(560)	(971)
Ajustes temporais de imposto de renda	1.159	(1.159)	-	-
Ajustes temporais de contribuição social	928	(928)	-	-
Totais	4.785	(2.766)	(1.048)	(971)

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS: a) A Seguradora possui processos judiciais fiscais ativos, já transitados em julgado, reconhecidos contabilmente, cujo valor é R\$ 2.156 (R\$ 1.923 em 2016), registrados na rubrica títulos e créditos a receber.

	Dezembro/17	Dezembro/16
Saldo no início do exercício	1.923	1.956
Constituições/Reestimativas (a)	973	-
Liquidações (b)	(793)	(81)
Atualização monetária	53	48
Saldo no final do exercício (Nota 21.b)	2.156	1.923

a) Refere-se à reestimativa de valor a receber referente parcelas de precatórios de processo fiscal transitado em julgado. b) Refere-se a parcelas de precatórios e juros recebidos de processo fiscal transitado em julgado. c) A Seguradora possui contingências para as quais os valores provisionados cobrem os riscos mediante a análise da probabilidade de perda de cada ação, que são conciliados pela Administração considerando as perdas históricas, os riscos envolvidos e a avaliação dos consultores jurídicos. Os principais processos em aberto em 31 de dezembro de 2017 são: **Provisão para riscos fiscais:** Os processos fiscais referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais, como discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, compensações de tributos não reconhecidas ou reconhecidas parcialmente, pela Receita Federal do Brasil. **Sinistros em discussão judicial:** Todos os processos relativos a sinistros indenizados ou a indenizar em seus diversos estágios processuais são contabilizados com base na avaliação interna conjugada com as avaliações de riscos efetuadas e valores informados pelos consultores jurídicos da Seguradora, tendo em vista o mérito das causas, o estágio processual, a importância segurada contratada e a natureza das coberturas das apólices. Esses passivos contingentes estão registrados na rubrica "Sinistros a liquidar". **Provisão para riscos cíveis:** Os processos cíveis referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros. **Provisão para riscos trabalhistas:** Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são relativos a horas extras, devoluções de perdas de planos econômicos, descontos de seguros e vale-alimentação em folha de pagamento. O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados é assim sumariado:

	Quantidade de ações		Valor estimado pelos advogados		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16
Fiscais:								
Provável	1	3	56	231	56	231	56	50
Possível (ii)	3	5	845	9.948	-	-	-	-
Remota	2	1	153	24	-	-	-	-
Total	6	9	1.054	10.203	56	231	56	50
Sinistros: (i)								
Provável	1	2	2.558	1.544	2.558	1.544	-	-
Possível	2	1	363	1.104	363	1.104	-	-
Remota	5	3	3.671	2.450	3.671	2.450	-	-
Total	8	6	6.592	5.098	6.592	5.098	-	-
Cíveis:								
Provável	7	11	193	313	193	313	-	-
Possível (iii)	6	7	251	241	-	-	-	-
Remota	5	4	131	138	-	-	-	-
Total	18	22	575	692	193	313	-	-
Trabalhistas:								
Provável	2	2	356	344	356	344	312	270
Possível (iv)	1	1	12	12	-	-	-	-
Remota	-	1	-	-	-	-	-	42
Total	3	4	368	356	356	344	312	312
Total geral	35	41	8.589	16.349	7.197	5.986	368	362

Ativo circulante - depósitos judiciais - 312 311
Ativo não circulante - depósitos judiciais - 56 51
Passivo circulante - provisões judiciais - 509 677
Passivo não circulante - provisões judiciais - 96 211
Passivo não circulante - sinistros a liquidar - 6.592 5.098

(i) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. (ii) Os processos fiscais no valor de R\$ 845 (R\$ 9.948 em 2016), classificados como de perda possível, referem-se a questionamentos que envolvem


Fator Seguradora S.A.

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	Passivos - Obrigações a pagar		Despesas corporativas com utilização de estruturas comuns e contratos firmados para o Conglomerado	
	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16
Banco Fator S.A.	162	250	1.998	2.959
Fator S.A. Corretora de Valores FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	22	31	280	377
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	9
Total	184	281	2.278	3.347

b) Despesas com pessoal-chave da administração

	Dezembro/17	Dezembro/16
Honorários	1.844	1.830
Gratificações e participações nos lucros	1.539	1.075
Encargos	1.126	1.323
Total	4.509	4.228

A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração

16. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO POR RAMOS - SEGUROS
a) Provisões técnicas

Ramos	Provisão para prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Provisão despesas relacionadas		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER		Totais	
	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16
	DPVAT	-	-	11.725	17.573	77.444	69.250	501	671	-	-	-	-	89.670
Garantia de obrigações - públicas	1.941	2.508	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.941	2.508
Garantia judicial	-	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	13.377	5.051	5.900	2.057	1.834	438	-	-	1.221	43	4.454	95	26.786	7.684
Responsabilidade civil profissional - E&O	4.475	3.028	438	89	1.194	650	-	-	-	-	697	29	6.804	3.796
Responsabilidade civil geral	650	1.523	2.880	1.904	203	356	-	-	551	172	2.165	359	6.449	4.314
Riscos diversos	1.551	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.551	-
Riscos de engenharia	30.379	38.982	3.656	9.410	804	786	-	-	814	6.321	2.001	1.223	37.654	56.722
Garantia segurado - setor público	102.996	90.546	9.589	1	12.370	-	-	-	-	-	7.059	1	119.644	90.548
Garantia segurado - setor privado	18.995	13.852	2.730	39.591	-	-	-	-	199	258	1.924	11.197	36.218	64.898
Riscos nomeados e operacionais	24.512	18.482	8.502	16.982	3.987	3.029	-	-	522	378	8.747	2.547	46.270	41.418
Fiança locatícia	1.285	793	-	-	78	45	-	-	-	-	-	-	1.363	838
Total	200.161	174.794	45.420	87.607	97.914	74.554	501	671	3.307	7.172	27.047	15.451	374.350	360.249

Outras provisões referem-se a despesas administrativas do convênio DPVAT - PDA no valor de R\$ 501 (R\$ 671 em 2016).

a.1) Movimentações das provisões técnicas

	Provisão para prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Provisão de despesas relacionadas aos sinistros - PDR		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER		Totais	
	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16
	Saldo no início do exercício	174.792	151.335	87.607	145.319	74.554	43.707	671	404	7.172	9.140	15.451	484	360.247
Constituições decorrentes de prêmios	148.741	129.663	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	148.741	129.663
Diferimentos pelo risco decorrido	(123.138)	(104.164)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(123.138)	(104.164)
Oscilação cambial	(234)	(2.040)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(234)	(2.040)
Avisos de sinistros	-	-	44.020	44.396	-	-	-	-	4.845	252	-	-	48.865	44.648
Cancelamentos de sinistros	-	-	(10.812)	(38.739)	-	-	-	-	(170)	(36)	-	-	(10.982)	(38.775)
Ajustes de estimativas de sinistros	-	-	(25.771)	88.203	-	-	-	-	(614)	2.508	-	-	(26.385)	90.711
Pagamentos de sinistros	-	-	(49.360)	(149.260)	-	-	-	-	(4.478)	(2.485)	-	-	(53.838)	(151.745)
Movimentações decorrentes das operações com DPVAT	-	-	(1.138)	(2.312)	8.195	33.878	(170)	267	-	-	-	-	6.887	31.833
Correção monetária de sinistros a liquidar	-	-	874	-	-	-	-	-	-	-	-	-	874	-
Reversões/constituições de despesas estimadas relacionadas aos sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.448)	(2.207)	11.596	14.967	8.148	12.760
Outras constituições	-	-	-	-	91.313	80.474	-	-	-	-	-	-	91.313	80.474
Outras reversões	-	-	-	-	(76.148)	(83.505)	-	-	-	-	-	-	(76.148)	(83.505)
Saldo no final do exercício	200.161	174.794	45.420	87.607	97.914	74.554	501	671	3.307	7.172	27.047	15.451	374.350	360.249

b) Custo de aquisição diferido

Ramos	Dezembro/17	Dezembro/16
Riscos de engenharia	2.082	2.738
Riscos diversos	110	-
Riscos nomeados e operacionais	1.991	2.165
Fiança locatícia	215	140
Garantia de obrigações - públicas	90	148
Garantia de obrigações - privadas	-	-
Garantia judicial	-	4
Garantia segurado - setor público	16.035	15.487
Garantia segurado - setor privado	3.026	1.578
Responsabilidade civil geral	77	219
Responsabilidade civil profissional - E&O	994	678
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	1.674	728
Total	26.294	23.885
Curto prazo	12.451	12.334
Longo prazo	13.843	11.551

b.1) Custo de aquisição diferido - movimentações

	Dezembro/17	Dezembro/16
Saldo no início do exercício	23.885	15.073
Constituições decorrentes de comissões	20.917	24.031
Diferimentos pelo risco decorrido	(18.508)	(15.219)
Saldo no final do exercício	26.294	23.885

Custo de aquisição diferido refere-se as comissões e outros custos de aquisições decorrentes das operações atuais da Seguradora e seguem os mesmos critérios de diferimento dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência do risco de cada apólice emitida. Os riscos emitidos têm, em média, três anos de vigência para produtos do ramo garantia e um ano de vigência para os demais produtos.

c) Prêmios de resseguros diferidos

Ramos	Dezembro/17	Dezembro/16
Riscos de engenharia	25.967	32.485
Riscos diversos	948	-
Riscos nomeados e operacionais	17.733	11.231
Responsabilidade civil geral	410	826
Fiança locatícia	505	325
Garantia segurado - setor público	49.987	47.130
Garantia segurado - setor privado	11.731	8.764
Garantia de obrigações - públicas	1.019	1.325
Garantia judicial	-	20
Responsabilidade civil profissional - E&O	1.936	1.127
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	9.658	2.967
Total	119.894	106.200

c.1) Prêmios de resseguros diferidos - movimentações

	Dezembro/17	Dezembro/16
Saldo no início do exercício	106.200	98.385
Constituições decorrentes dos riscos cedidos no exercício	87.290	74.237
Diferimentos pelo risco decorrido	(73.446)	(65.158)
Oscilação cambial	(150)	(1.264)
Saldo no final do exercício	119.894	106.200

Os valores correspondentes aos riscos cedidos em resseguros são contabilizados no ativo, na rubrica "Ativos de resseguros - provisões técnicas", líquido das receitas de comercialização de resseguro diferidas, em contrapartida do resultado. O diferimento dos prêmios de resseguros segue o mesmo critério dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência de cada risco.

Composição dos ativos de resseguros:

Ativos de resseguro - provisões técnicas	Dezembro/17	Dezembro/16
Sinistros de resseguros	69.673	90.843
Prêmios de resseguros (Nota 16.c)	167.526	148.160
Comissões de resseguros (Nota 16.c)	(47.632)	(41.960)
Total	189.567	197.043
Curto prazo	133.368	149.457
Longo prazo	56.199	47.586

baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social:** Em 18 de outubro de 2016 foi publicada Portaria SUSEP nº 6.668 que aprovou aumento de capital no valor de R\$ 38.127, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/E de 30 de março de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 135.479 (R\$ 135.479 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 4.814 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. **b) Dividendos:** O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 24 de outubro de 2017, foi aprovado pagamento de dividendos no montante de R\$ 20.000 (R\$ 5.200 em 2016). **c) Juros sobre capital próprio:** A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 27 de dezembro de 2017, deliberou o pagamento de juros sobre o capital - JCP ao acionista, no valor de R\$ 9.350 (R\$ 15.100 em 2016), até o limite da taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do ano anterior. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresentados como destinação do lucro. O montante creditado reduziu a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, o que proporcionou redução de carga tributária no montante de R\$ 4.208 (R\$ 6.795 em 2016). **d) Reservas de lucros:** O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

17. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros vinculados em cobertura das provisões técnicas, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Dezembro/17	Dezembro/16
Provisões técnicas - seguros	374.350	360.249
Exclusões	-	-
Provisões técnicas - resseguros redutores	(122.431)	(134.990)
Custos de aquisição diferidos redutores	(18.866)	(15.333)
Total das exclusões	(141.297)	(150.323)
Provisões técnicas para cobertura	233.053	209.926
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões técnicas	170.379	140.709
Quotas de fundos de investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas - DPVAT	89.790	87.514
Suficiência apurada	27.116	18.297
Ativos livres	51.065	61.316

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

O detalhamento de depósitos de terceiros no passivo circulante no valor de R\$ 792 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 523 em 2016), considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

31 de dezembro de 2017		
Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos
De 1 a 30 dias	177	3
De 31 a 60 dias	41	3
De 61 a 120 dias	104	9
De 121 a 180 dias	5	7
De 181 a 365 dias	5	40
Acima de 365 dias	46	181
Depósitos de terceiros	378	243

31 de dezembro de 2016		
Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos
De 1 a 30 dias	40	-
De 31 a 60 dias	-	14
De 61 a 120 dias	29	1
De 121 a 180 dias	3	12
De 181 a 365 dias	68	161
Acima de 365 dias	-	107
Depósitos de terceiros	140	295

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
a) Prêmios emitidos

Ramos	Dezembro/17	Dezembro/16
Riscos de engenharia	17.481	15.867
Riscos diversos	1.300	-
Riscos nomeados e operacionais	34.672	26.346
RC de administradores e diretores (D&O)	17.652	9.960
RC Riscos Ambientais	101	-
RC Profissional (E&O)	5.430	2.954
RC Geral	1.625	2.531
DPVAT	32.058	47.309
Garantia de obrigações públicas	126	10
Fiança locatícia	2.097	1.209
Garantia judicial	-	(213)
Garantia segurado-setor público	51.740	64.832
Garantia segurado-setor privado	14.808	5.549
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	179.090	176.354
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	1.710	616
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	180.800	176.970

b) Receita com emissão de apólices

	Dezembro/17	Dezembro/16
Emissões de bilhetes - consórcio DPVAT	2.840	2.797
Total	2.840	2.797

continua →





Fator Seguradora S.A.
C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016** (Em milhares de reais - R\$)

c) Principais ramos de atuação

Ramos	Índices de (%)					
	Prêmio ganho		Sinistralidade		Comercialização	
	Dezem- bro/17	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	Dezem- bro/16
Riscos de engenharia	24.087	22.426	(9,12)	53,69	12,33	10,81
Riscos diversos	614	-	-	-	14,11	-
Fiança locatícia	1.768	944	1,86	2,68	21,07	20,55
Riscos nomeados e operacionais	26.301	15.994	13,95	15,31	15,27	15,59
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	10.228	9.168	106,64	(4,03)	17,08	16,78
RC Riscos ambientais	101	-	-	-	10,33	-
Responsabilidade civil geral	1.613	3.197	189,99	66,92	20,06	12,77
Responsabilidade civil profissional (E&O)	3.840	2.380	40,85	9,02	20,93	18,65
DPVAT	31.913	47.008	84,52	85,66	1,19	1,41
Garantia segurado - setor público	42.443	15.045	68,45	-	15,72	16,40
Garantia segurado - setor privado	11.053	33.542	(61,69)	604,03	15,84	15,77
Garantia obrigações - privadas	-	230	-	-	-	-
Garantia obrigações - públicas	1.062	1.122	-	-	5,28	-
Garantia concessões - públicas	-	-	-	-	-	-
Garantia judicial	28	116	-	-	15,00	-
Total	155.051	151.172	-	-	-	-

d) Sinistros ocorridos

	Dezembro/17	Dezembro/16
Sinistros	(11.594)	(96.438)
Despesas com sinistros	(1.008)	(2.438)
Recuperações de sinistros	(55)	2.572
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER	(11.595)	(14.968)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(15.028)	3.853
Sinistros de consórcios e fundos - DPVAT	(26.972)	(40.268)
Total	(66.252)	(147.687)

e) Custos de aquisição

	Dezembro/17	Dezembro/16
Comissões	(19.729)	(18.976)
Recuperação de comissões	537	2.811
Total	(19.192)	(16.165)

f) Outras receitas e (despesas) operacionais

	Dezembro/17	Dezembro/16
Receitas		
Ajuste ao valor de realização para obrigações	422	-
Ajustes de provisões e depósitos judiciais	431	834
Outras receitas com convênio DPVAT	52	82
Subtotal	905	916
Despesas		
Com convênio DPVAT	(3.457)	(3.656)
Com provisão para riscos	(322)	(75)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	1.149	(1.667)
Outras	(1.115)	(102)
Subtotal	(3.745)	(5.500)
Total	(2.840)	(4.584)

g) Resultado com resseguros

	Dezembro/17	Dezembro/16
Receitas		
Indenizações de sinistros	16.854	106.589
Despesas com sinistros	257	1.057
Receitas de participações em lucros de contratos de resseguros	2.046	3.035
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	12.643	(4.599)
Subtotal	31.800	106.082
Despesas		
Prêmios de resseguros cedidos	(124.438)	(110.366)
Comissões de resseguros cedidos	37.148	36.129
Variação da despesa de resseguro	13.844	9.079
Subtotal	(73.446)	(65.158)
Total	(41.646)	40.924

h) Despesas administrativas

	Dezembro/17	Dezembro/16
Com pessoal próprio	(16.635)	(15.003)
Com serviços de terceiros	(3.408)	(2.968)
Com localização e funcionamento	(2.428)	(2.423)
Com publicidade e propaganda	(370)	(87)
Com publicações	(305)	(341)
Com donativos e contribuições	(79)	(93)
Com convênio DPVAT	(2.911)	(3.725)
Outras	(535)	(376)
Total	(26.671)	(25.016)

i) Despesas com tributos

	Dezembro/17	Dezembro/16
COFINS	(3.604)	(2.711)
PIS	(685)	(477)
Taxa fiscalização - SUSEP	(576)	(833)
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	(43)	(43)
Contribuição sindical	(75)	(56)
Outras	(27)	(21)
Total	(5.010)	(4.141)

j) Resultado financeiro

	Dezembro/17	Dezembro/16
Receitas		
Títulos públicos	18.013	19.387
Títulos privados	3.682	7.953
Atualização monetária de créditos tributários	2.399	3.961
DPVAT	9.128	10.643
Atualização monetária de depósitos judiciais	934	225
Receitas financeiras com operações de seguros	1.260	373

	Dezembro/17	Dezembro/16
Variação cambial	85	995
Subtotal	35.501	43.537
Despesas		
DPVAT	(8.937)	(10.330)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	99	(450)
Despesas financeiras com operações de seguros Var Monet	(875)	-
Variação Cambial	13	(313)
Repasse juros sobre prêmios a resseguradoras	(39)	(28)
Encargos com tributos - juros	(37)	(106)
Subtotal	(9.776)	(11.227)
Total	25.725	32.310

k) Resultado patrimonial

	Dezembro/17	Dezembro/16
Dividendos e rendimentos	10	8
Total	10	8

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Imposto de renda		
Contribuição social	22.025	29.623
Imposto de renda	(9.350)	(15.100)
Contribuição social	(3.081)	(2.221)
Subtotal	9.594	12.302
Contribuição social	20.937	12.395
Provisões para riscos cíveis	52	6
Provisões para riscos trabalhistas	30	65
Provisões para riscos fiscais	5	4
Ajustes ao valor recuperável	15.517	8.911
Títulos e valores mobiliários - ajuste a mercado	1.142	212
Provisões para participações nos lucros de administradores e empregados	3.218	2.603
Outras provisões	973	594
Subtotal	1.479	452
Exclusões permanentes	(23.003)	(10.168)
Provisões para riscos cíveis	(142)	(140)
Provisões para riscos trabalhistas	(18)	(19)
Provisões para riscos fiscais	(180)	-
Ajustes ao valor recuperável	(17.087)	(7.244)
Provisões para participações nos lucros de administradores e empregados	(2.635)	(1.805)
Títulos e valores mobiliários - ajuste a mercado	(1.964)	(267)
Outras provisões	(977)	(693)
Subtotal	(10)	(8)
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	(2.699)	(4.492)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	6.298	10.481
Imposto de renda (15%)	(944)	-
Adicional de imposto de renda (10%)	(605)	-
Contribuição social	-	(2.096)
Incentivos fiscais	60	-
Constituição/reversão sobre diferenças temporárias	(511)	529
Constituição/reversão prejuízo fiscal e base negativa	(675)	(898)
Ajuste de períodos anteriores	-	286
Total de despesas/receitas com impostos	(2.675)	(2.284)

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outros débitos operacionais no passivo circulante no valor de R\$ 50.140 (R\$ 38.359 em 31 de dezembro de 2016), referem-se substancialmente a obrigações com o consórcio DPVAT - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. b) Composição de títulos e créditos a receber no ativo circulante e realizável a longo prazo:

	Dezembro/17	Dezembro/16
Resgate de fundo de investimento em 28 de dezembro de 2016, com liquidação em D+4	-	11.118
Processos judiciais transitados em julgado (Nota 13.a)	2.156	1.923
Saldos no final do exercício	2.156	13.041
Curto prazo	1.576	12.478
Longo prazo	580	563

c) Títulos e créditos - outros créditos no ativo circulante no valor de R\$ 2.259 (R\$ 678 em 31 de dezembro de 2016), referem-se substancialmente a adiantamentos de férias e participações em lucros. d) Em novembro de 2009, a Seguradora aderiu ao REFIS IV conforme estabelecido na Lei nº 11.941/09, referente a processos fiscais e previdenciários cuja exigibilidade estava sendo questionada nas esferas administrativa e judicial. A referida lei prevê o pagamento em até 180 parcelas mensais, as quais serão objeto de atualização monetária. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017 está classificado no passivo circulante na rubrica impostos e encargos sociais a recolher, no valor de R\$ 98 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2016) e no passivo não circulante, na rubrica, obrigações a pagar, no valor de R\$ 115 (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2016). e) A Seguradora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. f) A Fator Seguradora possui programa próprio, firmado com o Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo, para pagamento de participação nos lucros e resultados a empregados e administradores. O acordo firmado determina o pagamento com base nos resultados operacionais e avaliação individual. g) Em 25 de novembro de 2016, a Fator Seguradora S.A. e o Banco Pine S.A. celebraram contrato para prestação de seguro de garantia judicial na modalidade execução fiscal, tendo como interveniente, a Axa Seguradora S.A. (cosseguradora). Em contrapartida à emissão da apólice, o Banco Pine S.A assumiu perante a Seguradora e Cosseguradora a obrigação de constituir garantia colateral e cedeu para a Fator Seguradora, fiduciariamente, títulos públicos, no valor de R\$ 147.417 (cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e dezessete mil), correspondente a cinquenta por cento da importância segurada pela apólice. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado do título público registrado em nome da Fator Seguradora é R\$ 159.699 (R\$ 150.010 em 31 de dezembro de 2016). A garantia permanecerá até a quitação integral de todas as obrigações garantidas.

A DIRETORIA

CONTADORA

Silvia Salsman Guardia
CRC 1SP228485/O-7

ATUÁRIO

Sérgio J. Leonardi
MIBA 411

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Fator Seguradora S.A. São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$ 89.670 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção no montante de R\$ 9.000 mil da Fator Seguradora S.A. ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2017, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$ 89.670 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção no montante de R\$ 9.000 mil descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$ 89.670 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção no montante de R\$ 9.000 mil descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade anteriormente referidas da Fator Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2017, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens mencionados no primeiro parágrafo e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ 02.189.924/0001-03
CIBA 45
João Batista da Costa Pinto
MIBA 944



continua




Fator Seguradora S.A.

C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Fator Seguradora S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fator Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Audidores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo Luis Teixeira Santos
 Contador
 CRC nº 1 PR 050377/O-6

Deloitte.
LEITESOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 65.979.973/0001-60

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar-lhes as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Comunicamos ainda que as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, e encontram-se em sua íntegra na sede da empresa. A Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais - R\$)

Balanco Patrimonial	2017		2016		2017		2016		Demonstração do Resultado Abrangente	
	Ativo		Circulante		Circulante		Lucro Líquido do Exercício		2017	2016
Circulante	89.901.908	96.008.597					50.921.943	32.732.041	21.155.667	51.632.577
Caixa e equivalentes de caixa	5.932.340	19.565.592	Fornecedores nacionais	4.346.512	5.320.401					
Contas a Receber	27.866.642	32.181.861	Fornecedores estrangeiros - parte relacionada	15.777.801	10.007.520					
Estoques	49.763.050	41.552.772	Impostos a recolher	691.708	1.627.502					
Impostos a recuperar	5.749.574	1.415.709	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	715.184					
Outros créditos	590.302	1.292.663	Obrigações sociais à recolher	2.065.588	1.441.236					
			Dividendos	26.874.889	12.592.753					
			Outras obrigações	1.165.445	1.027.445					
Não Circulante	9.467.244	7.438.530	Não Circulante	808.410	793.468					
Outros créditos	-	37.200	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	808.410	793.468					
IR e contribuição social diferidos	2.317.776	1.728.305	Patrimônio Líquido	47.638.799	69.921.618					
Permanente:			Capital social	28.484.551	28.484.551					
Imobilizado	7.026.832	5.539.480	Reserva de capital	17.588	17.588					
Intangível	122.636	133.545	Reserva Legal	5.696.910	5.696.910					
			Reserva de Lucros	13.439.750	35.722.569					
Total do Ativo	99.369.152	103.447.127	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	99.369.152	103.447.127					
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total			
	Capital Social	Incentivos Fiscais	Correção Monetária do Capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	28.484.551	15.897	1.691	4.435.346	1.537.435	-	34.474.920			
Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.537.435)	-	(1.537.435)			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	51.632.577	51.632.577			
Destinação para:	-	-	-	-	-	-	-			
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.261.564	-	(1.261.564)	(1.261.564)			
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.055.691)	(2.055.691)			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.592.753)	(12.592.753)			
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	35.722.569	(35.722.569)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	28.484.551	15.897	1.691	5.696.910	35.722.569	-	69.921.618			
Dividendos propostos	-	-	-	-	(35.722.569)	-	(35.722.569)			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.155.667	21.155.667			
Destinação para:	-	-	-	-	-	-	-			
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.427.000)	(2.427.000)			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(5.288.917)	(5.288.917)			
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	13.439.750	(13.439.750)			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	15.897	1.691	5.696.910	13.439.750	-	47.638.799			
Demonstração do Resultado	2017		2016		2017		2016			
Receitas Líquidas	285.919.392	305.546.015	Resultado Financeiro	2.289.345	4.385.016					
Custo das Mercadorias/Produtos Vendidos	(217.485.074)	(194.350.608)	Receitas Financeiras	3.684.747	6.284.507					
Lucro Bruto	68.434.318	111.195.407	Despesas Financeiras	(1.395.402)	(1.899.491)					
Despesas operacionais	(39.994.450)	(39.095.189)	Lucro antes do IR e CS	30.729.213	76.485.234					
Comerciais	(31.240.191)	(29.922.975)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.573.546)	(24.852.657)					
Gerais e administrativas	(9.009.790)	(8.812.569)	Correntes	(10.163.017)	(23.133.255)					
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	255.531	(359.645)	Diferidos	589.471	(1.719.402)					
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	28.439.868	72.100.218	Lucro Líquido do Exercício	21.155.667	51.632.577					
			Lucro Líquido por ações (básico e diluído) em R\$	0,7427	1,8127					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras: 1. Natureza das Operações: A Sociedade, situada na cidade de Bragança Paulista, SP, tem por objetivo a preparação, industrialização e comercialização de leite e laticínios e de produtos alimentícios em geral, bem como a importação e exportação desses produtos, podendo ainda participar em outras sociedades. **2. Bases de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e

estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Sebastián Luis Maraggi - Diretor Presidente
Alexandre Lima da Silva - Contador - CRC nº 1SP 237.828/O-7

Grupo Cerveja Participações S.A.

CNPJ 24.323.956/0001-92

Balanco patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017

Relatório da Diretoria - Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o resultado de nossas operações no decorrer dos exercícios sociais iniciado em 01 de janeiro de 2017 e findo em 31 de dezembro de 2017, conforme balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício. Araraquara, 31 de janeiro de 2018 **A Diretoria**

Balanco patrimonial	2017		2016		2017		2016		Demonstração resultado do exercicio	
	Ativo		Circulante		Circulante		Receita Bruta		2017	2016
Ativo	3.796.414,85	2.479.669,30					6.317.903,81	4.586.238,19		
Circulante	1.766.820,45	2.001.822,96					5.892.070,97	4.586.238,19		
- Bens numerários	7.442,51	369.577,40	- Fornecedores	470.454,44	660,00			425.832,84		
- Creditos de vendas	1.697.889,66	152.000,00	- Debitos fiscais	369.475,73	205.209,10			- Comissões recebidas (Rebates)		
- Outros creditos	-	1.479.000,00	- Debitos sociais	7.641,60	7.575,45			Deduções	(230.603,47)	(167.434,19)
- Empréstimos e mútuos	-	1.479.000,00	- Empréstimos e financiamentos	-	55.000,00			(-) Cofins	(189.537,12)	(137.617,14)
- Aplicações financeiras	58,14	70,62	- Empréstimos e mútuos	-	55.000,00			(-) Pis	(41.066,35)	(29.817,05)
- Adiantamentos e empréstimos	60.248,73	-	Não circulante	268.067,04	268.067,04			(=) Receita líquida	6.087.300,34	4.418.804,00
- Impostos a recuperar	1.181,41	1.174,94	- Empréstimos e financiamentos - P. F.	-	268.067,04			(=) Lucro bruto	6.087.300,34	4.418.804,00
Não circulante	2.029.594,40	477.846,34	Patrimônio líquido	2.948.843,08	1.943.157,71			- Despesas administrativas	(73.644,00)	(47.640,00)
- Investimentos	639.382,61	-	- Capital social	10.000,00	10.000,00			- Despesas financeiras	(16.607,69)	(16.850,48)
- Imobilizado efetivo	1.390.211,79	477.846,34	Lucros ou prejuízos acumulados	2.938.843,08	1.933.157,71			- Outras despesas operacionais	(586.793,06)	(122.603,02)
			- Reservas	2.938.843,08	1.933.157,71			- Receitas financeiras	245,81	4.436,40
Demonstração de lucros / prejuízos acumulados	2017		2016		2017		2016			
Saldo inicial do exercicio	1.933.157,71	-	(+) Reversões de reservas	-	-			Lucro operacional	5.410.501,40	4.236.146,90
(+) Ajustes credores exercicios anteriores	-	-	Reserva de contingencias	-	-			- Outras receitas	33.321,95	-
(-) Ajustes devedores exercicios anteriores	-	-	Reserva de lucros a realizar	-	-			Lucro contábil líquido antes IRPJ/CSLL	5.443.823,35	4.236.146,90
(+) Correção monetaria do saldo inicial	-	-	Despesas financeiras	-	-			- Imposto de renda/Contribuição social	(663.387,96)	(479.091,52)
(-) Parcelas lucros acumulados incorporados ao capital	-	-	Resultado líquido exercicio	4.780.435,39	3.757.055,38			Lucro líquido do período	4.780.435,39	3.757.055,38
			- Transferencias para reservas	-	-					
			- Lucros distribuidos	(3.774.750,02)	(1.823.897,67)			Diretoria	Vitor Grecco Wagner - Administrador	
			Lucro acumulado	2.938.843,08	1.933.157,71			Contador	Valdeci de Cássio Teixeira - CRC 1SP 222.211/0-5	

